Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Aplicação das Normas

NOTA INFORMATIVA Nº 189 /2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Reposição ao erário (decisão judicial)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por intermédio do Processo epigrafado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA solicita pronunciamento quanto aos argumentos apresentados pela servidora XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em pedido de reconsideração em decisão que determinou a reposição ao erário de valores recebidos em face de decisão judicial modificada.

2. Informa-se que compete à autoridade do INCRA decidir quanto ao pleito de reconsideração apresentado pela servidora, e, ainda, em caso de dúvida quanto à aplicação da Súmula nº 34, de 2008, da AGU ou em relação à interpretação do Parecer de Força Executória, constante do presente caso, poderá o INCRA submeter os autos à apreciação do respectivo órgão de assessoramento jurídico.

INFORMAÇÃO

3. Segundo informações constantes dos autos, o processo de devolução de valores recebidos pela servidora XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX decorre da determinação contida no Parecer de Força Executória exarado nos autos do Mando de Segurança nº XXXXXXXXXXXXXXX, da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, transitado em julgado em 20/8/2012. Vejamos:

- a) Seja restabelecida a aposentadoria na forma proporcional, originalmente concedida pela Administração em favor de Rogéria de Freitas Gomes, CPF XXXXXXXXXX-XX;
- b) Intimar/Notificar, a servidora XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXX-XX para avaliação das condições que ensejaram a aposentadoria, para que fique comprovado a melhora substancial, para efeito de readaptação, nos termos do art. 188, § 5º, da Lei nº 8.112/90;
- c) Seja providenciada a **reposição ao erário, garantido o contraditório e a ampla** defesa, das diferenças eventualmente pagas pela conversão da aposentadoria da forma proporcional para integral em favor da servidora Rogéria de Freitas Gomes, em cumprimento à sentença proferida pelo juízo de primeiro grau nos autos do Mandado de Segurança nº XXXXXXXXXXXXXXX.

4. Segundo o órgão demandante, foi instruído processo para reposição ao erário, nos termos da Orientação Normativa nº 5, de 2013, cuja decisão foi objeto de recurso pela interessada,

que foi indeferido, razão pela qual essa apresentou, posteriormente, pedido de reconsideração, o qual foi encaminhado à Diretoria de Gestão Administrativa – DA para decisão.

5. Ato contínuo, o Diretor de Gestão Administrativa – DA do INCRA, antes de decidir sobre o pleito, determinou o encaminhamento dos autos a esta Coordenação-Geral, para que se manifeste quanto aos argumentos do pedido de reconsideração apresentado pela servidora.

6. Os autos então foram encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que não encontrado “parâmetro para opinar sobre a análise de mérito do referido pleito, corroborou o parecer do Diretor de Gestão Administrativa – DA do INCRA, visando à maior elucidação por parte do MPOG (sic)”.

7. É o relatório.

8. Inicialmente, devemos esclarecer que nenhum dos órgãos envolvidos (INCRA e MDA) cumpriu os requisitos da Orientação Normativa SEGEP nº 7, de 2012, para ensejar a submissão dos autos a este órgão central. Ressalte-se que o órgão setorial se limitou a simplesmente intermediar a tramitação dos autos, prática contrária as competências de qualquer órgão setorial.

9. Assim, afigura-se preciso recomendar a leitura pelos órgãos envolvidos das determinações contidas na referida Orientação Normativa nº 7, de 2012, bem como na Nota Técnica nº 355/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP-MP, que subsidiou a sua edição. Vejamos excertos:

13. Quanto aos recursos em desfavor de decisões administrativas, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece em seus art. 56 a 65 os tramites e prazos dos recursos administrativos.

Transcreva-se:

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

14. Do exposto até o momento, verifica-se que este órgão central do SIPEC tem por competência orientar os órgãos e entidades que lhes são vinculados, quanto à aplicação da legislação de pessoal, todavia, a prerrogativa de proferir a decisão quanto ao pleito do servidor ou servidores, permanece com o órgão ao qual esse se vincula.

15. Em reforço a esse entendimento, o próprio Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970, estabelece que a integração do órgão de pessoal ao SIPEC não retira a subordinação da unidade do órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

10. Complementando o raciocínio supra, observemos a determinação contida na Orientação Normativa nº 5, de 2013, bem como na Nota Técnica nº 126/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP.

Orientação Normativa nº 5, de 2013

Art. 3º O processo administrativo que vise à reposição de valores ao Erário será regido pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§4º Não estarão sujeitos à reposição ao Erário os valores recebidos de boa-fé pelo servidor, aposentado ou beneficiário de pensão civil, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da administração pública.

§5º Na hipótese de dúvida quanto ao reconhecimento da boa fé alegada pelo interessado, ou a respeito da incidência dos institutos da prescrição ou decadência, o dirigente de recursos humanos poderá submeter o processo administrativo à análise do respectivo órgão de assessoramento jurídico.

(...)

Art. 11. Em nenhuma hipótese, o órgão central do SIPEC constituirá instância recursal de processos administrativos com vistas à reposição ao Erário de que trata esta Orientação Normativa.

Nota Técnica nº 126/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

22. Apesar da possibilidade de o próprio Administrador, guardando o devido zelo, aplicar a Súmula nº 34, de 2008 e assim dispensar o ressarcimento ao Erário, na hipótese de dúvida quanto à aplicação da Súmula, bem como da ocorrência de prescrição e decadência, deverá encaminhar o processo ao respectivo órgão de assessoramento jurídico, previsto no § 5º do art. 3º da norma em apreço.

11. Assim, compete à autoridade do INCRA decidir quanto ao pleito de reconsideração apresentado da servidora, sendo que em caso de dúvida quanto à Aplicação da Súmula nº 34, de 2008, da AGU ou da interpretação do Parecer de Força Executória, constante do presente caso, poderá o INCRA submeter os autos à apreciação do respectivo órgão de assessoramento jurídico.

À consideração da senhora Coordenadora-Geral.

Brasília, 17 de junho de 2014.

TEOMAIR CORREIA DE OLIVEIRA

Chefe da Divisão de Provimento, Vacância e Benefícios da Seguridade Social

Aprovo. Restituam-se os autos à Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para conhecimento e providências que julgue necessárias.

Brasília, 17 de junho de 2014.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'ÁVILA
Coordenadora-Geral de Aplicação das Normas